

PMS	FMT	GERM
BIBLIOTECA		
Jornal	A Tarde	
Data	28/10/00	
Caderno	Folha	
Assunto	Centro Histórico	

Monumenta aplica US\$ 8,5 milhões no Pelô

RECUPERAÇÃO – Programa prevê a reforma, em 2002, de 130 imóveis no Pelourinho. Ela abrangerá oito vias, entre a Ladeira da Praça e as ruas Saldanha da Gama e São Francisco.

SARA BARNUEVO

As obras de recuperação da sétima etapa do Centro Histórico de Salvador só deverão ser iniciadas em 2002, após a conclusão do anteprojeto envolvendo os 130 imóveis incluídos na área a ser reformada. O processo é uma exigên-

cia do Programa Monumenta – uma parceria do Ministério da Cultura, BID e Unesco, para liberação dos US\$ 8,5 milhões previstos para os trabalhos. Além de Salvador, o Monumenta está investindo nos patrimônios arquitetônicos de Ouro Preto, Olinda, Recife, São Luís, São Paulo e Rio

de Janeiro, num orçamento total de US\$ 125 milhões.

Em Salvador, já está em fase de conclusão a pesquisa socioeconômica e ambiental da área a ser reformada, que compreende um total de oito ruas, limitadas por vias como Saldanha da Gama, São Francisco, Monte Alverne e Ladeira da Praça. Pelo levantamento, a equipe da Unidade Executora do Projeto (UEP), da Conder, já detectou que, dos 130 imóveis instalados na área, 84% foram invadidos por parte das 1.600 famílias que residem no local, segundo afirmou o coordenador da UEP, Valfredo Ribeiro.

Na Bahia, este é o primeiro investimento do Monumenta na recuperação do Centro Histórico de Salvador. As outras seis etapas, incluindo a sexta que vem acontecendo de forma muito lenta, foram realizadas com recursos captados pelo governo estadual, num orçamento total de R\$ 70 milhões. No projeto da sétima etapa está prevista a implantação de unidades habitacionais mistas, comerciais e de serviços.

A intenção é desapropriar os prédios para construir entre 500 a 600 unidades habitacionais, com dois quartos, que irão abrigar, preferencialmente, funcionários pú-

blicos. Os recursos para construção dessas moradias deverão ser captados junto à Caixa Econômica Federal, porque o Programa Monumenta não contempla reforma dos interiores de prédios particulares. Os imóveis comerciais também serão desapropriados, caso os proprietários não tenham condição de arcar com a reforma interna. Com isso, a previsão da UEP é que a reforma da sétima etapa consuma recursos superiores a US\$ 17,5 milhões.

Nas outras seis fases da restauração do Centro Histórico, o governo do Estado usou o processo de comodato, na qual os proprie-

tários, em troca da reforma, cediam os imóveis, por dez anos. O governo, por sua vez, repassou os espaços a empresários para instalação de unidades comerciais, processo que acabou gerando irregularidades. O governo estadual, pressionado pelos empresários, decidiu perdoar a dívida que eles tinham contraído junto ao Desembanco para instalação no Pelourinho. Os débitos “perdoados” – recursos do Tesouro estadual, por meio do Fundo de Desenvolvimento Social do Estado – variavam de R\$ 2 mil a R\$ 103 mil, conforme foi denunciado por A TARDE, na época.

Moradores resistem a abandonar casarão

OLENKA MACHADO

Pode acontecer a qualquer momento a expulsão dos quase 30 moradores e comerciantes do prédio amarelo situado na Rua da Misericórdia nº 1, vizinho à galeria onde recentemente um desabamento provocou a morte de duas pessoas. Há 55 anos pertencendo a Antônio Costa e Silva, o imóvel foi desapropriado e transferido para a Bahiatursa, em 29 de agosto deste ano, estando sob imissão de posse provisória.

Famílias com crianças, idosos solitários, donos de lojas, além de dez alfaiates, alguns instalados no local há mais de 38 anos, vivem sob constante ameaça de um acidente, graças às precárias condições do local. “Ninguém aqui tem para onde ir”, revela José Dionísio de Souza Campos, que há oito anos conserta relógios na banca de entrada do prédio. O alfaiate Osvaldo Alves de Souza, há 28 anos instalado numa das salas do prédio, é outro que não esconde sua preocupação com o futuro,

pois tem família para sustentar e não sabe sequer se teria direito a uma indenização.

Segundo os moradores mais antigos, o proprietário faleceu há mais de 20 anos, em Portugal, e, desde então, ninguém paga aluguel ou IPTU. Cerca de um mês atrás, o prédio foi visitado pelo oficial de justiça João Vicente Felício dos Santos, em companhia da advogada da Bahiatursa, Jamile Sayd, que avisaram sobre a necessidade de desocupação imediata, sob ameaça de serem despejados com ajuda da Polícia. Na opinião do oficial de justiça, “está configurada a resistência dos moradores para saírem do edifício”.

No entanto, Jamile Sayd assegura que, quanto à questão social, “é uma preocupação do governo do Estado relocar essas pessoas e ele já está trabalhando nesse sentido”. A advogada tem somente até o dia 3 de novembro para devolver o processo, que segue para despacho do juiz Arion Monteiro, da 5ª Vara da Fazenda Pública.



Na iminência de ser despejado, como os demais ocupantes do prédio, o alfaiate Osvaldo Alves de Souza teme por seu futuro

Foto: Carlos Casaes